

**Historia social urbana.
Espacios y flujos**

Eduardo Kingman Garcés, compilador

Historia social urbana. Espacios y flujos



Índice

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 323 8888
Fax: (593-2) 3237960
www.flacso.org.ec

Ministerio de Cultura del Ecuador
Avenida Colón y Juan León Mera
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 2903 763
www.ministeriodecultura.gov.ec

ISBN: 978-9978-67-191-7
Cuidado de la edición: Bolívar Lucio
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta: Crearimagen
Quito, Ecuador, 2009
1ª. edición: enero, 2009

Presentación	9
Estudio introductorio	
Lo urbano, lo social: la historia social urbana	11
<i>Eduardo Kingman</i>	
CIUDAD Y POBLACIÓN EN LA COLONIA	
Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora de los Buenos Ayres: construcción del espacio urbano y social (1580-1617)	37
<i>Araceli de Vera de Saporiti y Gabriela de las Mercedes Quiroga</i>	
Notas para el análisis de los hogares del Buenos Aires colonial: el padrón de 1744	57
<i>Sandra Olivero y Antonio Irigoyen</i>	
Vivir para morir en el hábito de San Francisco	89
<i>Carmen Sevilla Larrea</i>	
La cosntrucción de puentes en las ciudades latinoamericanas	101
<i>Dirk Bühler</i>	

ESCENAS E IMAGINARIOS URBANAS

Identidad colectiva y cronotopos del Quito de comienzos del Siglo XX	125
<i>Ernesto Capello</i>	
Cenas urbanas: conflitos, resistências e conciliações no processo de modernização da cidade do Recife/Brasil nos anos 1920	139
<i>Sylvia Costa Couceiro</i>	
“Em nome da cidade”: modernização, história e cultura urbana em Câmara Cascudo nos anos 1920	155
<i>Angela Lúcia Ferreira e George A. F. Dantas</i>	
Los Bandos de Buen Gobierno y el ordenamiento de la vida urbana en Mérida, Venezuela: 1770-1810	173
<i>Edda O. Samudio A</i>	

ORDEN URBANO, POLÍTICAS POBLACIONALES, DISCIPLINAMIENTO

Ordenação Urbana: As transformações espaciais da República brasileira	189
<i>Valéria Eugênia Garcia e Maria Angela P. C. S. Bortolucci</i>	
Cárcel y sociedad en América Latina: 1800-1940	209
<i>Carlos Aguirre</i>	
Cólera y Dengue en Lima al final del siglo XX y comienzos del XXI: salud y la cultura de la sobrevivencia	253
<i>Marcos Cueto</i>	
Beneficencia pública y privada en Orizaba, Veracruz, 1873-1911	273
<i>Hubonor Ayala Flores</i>	

SECTORES SUBALTERNOS, CIUDADANÍA Y EXCLUSIÓN

Más allá de lo mestizo, más allá de lo aymara: organización y representaciones de clase y etnicidad en el comercio callejero en la ciudad de La Paz	293
<i>Rossana Barragán</i>	
Orígenes de una Democracia Corporativa: estrategias para la ciudadanización del campesinado indígena, partidos políticos y reforma territorial en Ecuador (1925-1944)	323
<i>Valeria Coronel</i>	
Apuntes para una historia del gremio de albañiles de Quito. La ciudad vista desde los otros	365
<i>Eduardo Kingman Garcés</i>	

“Em nome da cidade”: modernização, história e cultura urbana em Câmara Cascudo nos anos 1920

Angela Lúcia Ferreira*

George A. F. Dantas*

Natal é feito S. Paulo: cidade mocinha, podendo progredir à vontade, sem ter coisas que dói destruir.

Mário de Andrade, *O Turista Aprendiz*

35 000 patriotas. Fundada em 1599. Nasceu cidade como filho de Rei é príncipe. [...] Tem um rio e tem o mar. Campo da Latecoere. Tênis.

Cinemas. Autos. [...] Bonds. Auto-Omnibus subindo. Pregões. Para oeste

Olhos compridos namorando possibilidades de chuveiros. Por cima

das casas zunzeiam, ronronantes e zonzos, motores

roncando no caminho sem rastros dos aviões.

Câmara Cascudo, Cidade do Natal do Rio Grande

(Revista de Antropofagia)

Considerações iniciais

As duas frases em epígrafe, mais do que inspiradoras, como soem ser as epígrafes, são reveladoras de diálogos criativos e em ebulição nos anos 1920 no Brasil. Diálogos que cruzavam história, literatura, interpretações do Brasil, do povo e da cultura, novas sensibilidades estéticas e visões de cidade. Diálogos que mobilizaram também o passado para, dentre muitas

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Brasil. angela.ferreira@pq.cnpq.br

* Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP – Brasil. georgeafdantas@usp.br

questões, pôr em tema os processos de modernização urbana e, por conseguinte, ajudaram a construir os significados sobre a história da cidade. Diálogos que, assim, exacerbam a trama espessa e intrincada que conformou a construção de tantas representações sobre a cidade no Brasil.

Trama marcada também pela emergência do saber urbanístico como disciplina, prática e discurso durante a década de 1920 – e isso em meio a novos questionamentos, formulações, hábitos e visões em um contexto de crise do arranjo político-econômico das estruturas de poder da chamada Velha República (1889-1930). “Urbanismo” tornava-se uma palavra corrente, em substituição paulatina aos termos anteriores – melhora-mento, aformoseamento e embelezamento. Se, na década anterior, um profissional influente como o engenheiro Francisco Saturnino de Brito ainda se recusava a escolher um substantivo que nomeasse a profissão delimitada pela nascente disciplina que se estruturava internacionalmente e reivindicava autonomia e especificidade,¹ na década em questão os pró-ceres do urbanismo sentiam-se à vontade, pode-se dizer, para reclamar precedência tanto na formulação quanto na resolução dos problemas urbanos das cidades em transformação; ou, mais ainda, para liderar o processo de modernização e transformar e superar as estruturas urbanas, ditas arcaicas, herdadas do período colonial e imperial.

Ancorados, quer de forma autorizada ou não, num conjunto de experiências estrangeiras –em especial nas matrizes urbanísticas americanas, francesas, inglesas e alemãs–, o processo de consolidação e a disputa pela legitimidade do discurso e da prática urbanísticas, no entanto, não escaparam às injunções da época acerca da construção da nação, de um povo e da busca (ou elaboração) de sua identidade cultural. Em especial, entre as décadas de 1920 e 1940, esse saber não se desvincularia das formulações do pensamento histórico-social do país (sobre a questão racial, a influência do clima e do meio, o papel do elemento “primitivo”, etc.), das mais variadas hipóteses de formação do Brasil e das suas implicações ideológicas, cujos temas seriam rebatidos em sua própria episteme

1 Nem *town planner*, nem *urbaniste*, embora a definição do campo e da abrangência de atuação desse profissional já aparecesse de forma clara em seu *Notes sur le tracé sanitaire des villes*, de 1916 (Cf. José Lira, 1996; Carlos de Andrade, 1996).

e na “reflexão sobre o processo de urbanização e modernização do país” (Lira, 1999).

O discurso do urbanismo, mesmo cifrado tecnicamente, não serviu apenas à ressonância entre os pares profissionais ou à constituição da disciplina; foi frequentemente, por exemplo, uma porta de entrada para postular princípios em defesa da urbanização, da grande cidade e da vida urbana, em oposição àqueles que propugnavam uma vocação agrária histórica e forjaram uma ideologia anti-urbana para o país (Campos, 2000).

Assim, seguindo nas trilhas de outros trabalhos que abordaram de forma original e fecunda essa relação, apontando a permanência, retomada e/ou releitura de temas como nação, clima, raça, cultura e povo e suas interpenetrações no meio técnico,² este artigo propõe discutir o processo de construção de uma história da cidade como parte constituinte e fundamental nos discursos legitimadores da prática urbanística a partir do caso de Natal e, em especial, dos vínculos do intelectual Câmara Cascudo com a efervescência cultural brasileira dos anos 1920.³

Embora a partir de um estudo de caso, a proposta de discussão sobre o tema da construção de uma história para a cidade tenta apontar para algumas questões mais abrangentes e, pode-se dizer, centrais ao campo disciplinar da história urbana no Brasil: as que interpelam os elementos e instrumentos de legitimação do saber urbanístico e que falam de representações, imagens e narrativas evocadas por esse saber – assumindo, muitas vezes, uma dimensão operativa.

2 Dentre alguns trabalhos, apontamos, em especial, os dos professores José Lira (1999; 1996), de Luiz César Ribeiro e Aduauto Cardoso (1996) e de Candido Campos (2000).

3 Luis da Câmara Cascudo nasceu em Natal em 1898 e faleceu na mesma cidade em 1986. Filho único de uma família abastada, para os padrões locais no início do século XX, e próxima ao círculo de poder em Natal, Cascudo teve uma educação privilegiada desde cedo; começou a escrever em *A Imprensa*, periódico diário de propriedade do seu pai, o Coronel Francisco Cascudo; estudou Medicina no Rio de Janeiro até o quarto ano mas acabou se formando bacharel em Direito, pela Faculdade do Recife, em 1927; atuou como professor, jornalista, advogado e escritor. A obra de Cascudo é imensa – com mais de 150 publicações, entre livros e plaquetes, além de uma rica marginália e uma prolífica correspondência – e teve Natal e o Rio Grande do Norte como um dos seus objetos e locais privilegiados de investigação sobre cultura, em seu sentido lato, identificando permanências, circulações e transformações de idéias, modelos e objetos culturais no tempo e no espaço.

A trajetória de Cascudo como intelectual em formação nos anos 1920 possibilita, destarte, discutir essa relação complexa e de mão dupla que teria conseqüências tanto na construção da história da cidade (de Natal, no caso) quanto, aventa-se, na construção da própria cidade e dos significados das transformações urbanas então em marcha.

Desde logo, ressalte-se que as formulações de Cascudo seriam marcadas tanto pela retomada da tradição intelectual local – onde se apóia claramente para consolidar uma interpretação-chave para a história de Natal – quanto pelas pesquisas nas fontes originais do período colonial e imperial (cujo acesso ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte era facilitado e irrestrito, devido aos laços familiares e ao lugar que Cascudo logo ocupou, merecidamente, já nesse período, como figura intelectual proeminente e de referência). Formulações marcadas também pela rica experiência urbana de viver nas cidades do Rio de Janeiro e do Recife, entre final da década de 1910 e meados da de 1920, como estudante de Medicina, curso que não concluiu, e de Direito, respectivamente; pelos embates entre modernistas e regionalistas, em que se vê envolvido desde as querelas iniciais, o que o ajuda a ascender como um dos líderes intelectuais de referência na região – e, localmente, como autoridade intelectual incontestada, cuja obra e sua própria pessoa seriam monumentalizadas nas décadas seguintes; e pelo elemento criativo literário e a ensaística que são indissociáveis em sua obra. Ademais, não se pode deixar de mencionar o contato com a intelectualidade brasileira, como se expressa, e.g., na prolífica correspondência com Mário de Andrade, a partir de 1924.⁴

Assim, pode-se afirmar, Câmara Cascudo foi um observador privilegiado da vida urbana no Brasil e em Natal, em especial. Vivenciou, é claro, mas, conforme se interessa enfatizar e discutir neste artigo, também procurou compreender as transformações que se desenrolavam e, ao fazê-lo, ajudou a construir os significados desse próprio processo. Estabeleceu uma narrativa – a partir das várias matrizes da sua formação intelectual – que se consolidaria depois como “a” história da cidade, principalmente

⁴ Essas questões são discutidas por, dentre vários, George Dantas (2003), Maristela Andrade (1999) e Humberto Araújo (1998).

com a publicação do livro “História da Cidade do Natal”, em 1947, sob os auspícios da Prefeitura Municipal.

Para tanto, pretende-se discutir mais atentamente, em meio a vasta produção escrita de Câmara Cascudo iniciada em 1918, três artigos da segunda metade dos anos 1920 que ajudam a iluminar alguns aspectos dessa complexa relação entre o pensamento social e o campo disciplinar do urbanismo, e mais especificamente o processo de construção de uma história da cidade e os discursos de legitimação da prática urbanística.

Em torno da “História da cidade do Natal”

Cabe ainda uma última observação antes de se adentrar a discussão que interessa aos propósitos deste artigo. Há no imaginário local uma certa idéia – difusa, é verdade, e que deve ser ainda melhor avaliada e discutida – que, repetida à exaustão, parece ter homogeneizado a percepção histórica sobre o período pré-Segunda Guerra na cidade de Natal. Sem dúvida, a presença norte-americana na capital potiguar, por conta das bases militares, deixou marcas indeléveis na memória local⁵ e constituiu-se, de fato, como um período que inaugurou e trouxe novas e profundas mudanças ao espaço físico e social da cidade.⁶

Para o registro memorialístico de Natal, os anos 1940 tornar-se-iam um divisor, um marco a separar uma cidade moderna, que ultrapassara seus estreitos limites físicos e deixara para trás diversas formas de sociabilidade, e uma cidade antiga, por oposição, recatada, “dorminhenta”, lenta, tranqüila. Uma imagem romântica, sem dúvida, de apelo

⁵ Sobre a presença dos norte-americanos em Natal cf., entre outros, Lenine Pinto (1976) e Cascudo (1947), ou a coleção do *Foreign Ferry News*, jornal editado em Natal e publicado em inglês entre 1943-45 para informar e entreter a população de mais de 10.000 pessoas que trabalhavam nas bases aeronavais.

⁶ O acentuado crescimento populacional (54.836 habitantes em 1940, 103.215 em 1950 e 162.537 em 1960), a diversificação do mercado de trabalho, do comércio e dos hábitos de consumo, a exacerbção da crise habitacional e do custo de vida, principalmente depois da saída das bases militares e do dinheiro fácil que corria a cidade, a estruturação de um mercado imobiliário que, por meio dos loteamentos privados estruturaria e configuraria o crescimento urbano na segunda metade do século XX, conformam outras características que marcariam e distinguiriam a década de 1940 (Cf. Angela Ferreira et al., 2008; Angela Ferreira, 1996).

nostálgico a um suposto passado feliz rompido pelos desdobramentos da Segunda Grande Guerra em Natal.⁷

Publicado nessa mesma década de 1940, o livro “História da Cidade do Natal” não somente logo se tornou uma das principais –senão a principal– porta de entrada à história da cidade, mas parece ter sido tomado como um documento fundador a estabelecer o momento preciso em que Natal teria se tornado cidade de fato, realizando assim os desejos formulados pelas elites locais desde o final do século XIX. Um documento fundador, diga-se, que consolidaria essa interpretação sobre a importância dos acontecimentos e transformações ocorridas nos anos 1940 –embora a narrativa e as teses do livro de Cascudo não a corroborem.

Mesmo assim, o registro memorialístico concorreria para a divulgação de alguns equívocos (que ainda hoje se repetem), como, por exemplo, que a numeração à americana das avenidas do bairro popular do Alecrim teria sido instituída durante a permanência dos soldados americanos em Natal entre 1942 e 1945. Talvez a influência tenha sido americana, mas a numeração remete-se ao período da administração do prefeito (e engenheiro formado nos Estados Unidos) Omar O’Grady, entre 1924 e 1930.⁸ O exemplo pode ser prosaico, mas, ao mesmo tempo, é revelador da força que essa interpretação sobre a década de 1940 ganharia. Entretanto, deve-se ressaltar que essas são apenas observações a uma discussão que ainda tem que ser aprofundada para entender a produção historiográfica em e sobre Natal e o lugar da memorialística e do próprio Câmara Cascudo nesse processo.

Ao objetivo deste trabalho interessa observar que, como dito anteriormente, a narrativa e as teses do livro “História da Cidade do Natal” não corroboram essa leitura sobre os anos 1940, embora, de uma maneira difusa, possa ter vindo a ser tomado para tanto. Isso por dois motivos. Primeiro, porque ao discutir o processo de passagem da cidade antiga,

7 Como ressalta Jamilson Soares (1999) na introdução do seu estudo sobre a dinâmica urbana e o cotidiano dos habitantes de Natal na década de 1920; dentre os muitos memorialistas, Cf. Guimarães (1952), que, a propósito, foi prefaciado por Luis da Câmara Cascudo.

8 O’Grady, por sua vez, reforçava, direta ou indiretamente (esse é um tópico de pesquisa ainda a ser aclarado), determinação expressa em resolução municipal (n. 124, datada de 29 de dezembro de 1908 e publicada no jornal *A República*), que resolvia nomear com números as ruas do “bairro suburbano” que viria a ser o Alecrim.

colonial, para a nova cidade, moderna, ou melhor, da não-cidade para a cidade, Cascudo retoma esse tema caro à historiografia local que se forjava desde o final do século XIX e atualiza-o: se a administração de Alberto Maranhão, entre 1908 e 1913, fomentara a introdução de diversos e importantes melhoramentos na cidade, como o bonde e a iluminação elétrica, configurando um primeiro e importante ciclo de modernização urbana, Natal se tornaria cidade de fato somente nos anos 1920, depois de superar o quadro de precariedade dos serviços e equipamentos urbanos que, grosso modo, marcou o período 1915-1925 –não à toa o período inicial da atividade intelectual de Câmara Cascudo. Os trechos do “História da Cidade do Natal” a esse respeito são muito emblemáticos. Apenas para ilustrar, cabe citar aquele em que se refere às obras de calçamento levadas a cabo na administração O’Grady, em especial, a regularização da Av. Junqueira Ayres: “O prefeito Omar O’Grady pôs Natal no caminho do século XX. Estava [ainda] no XVIII” (Cascudo, 1947: 149).⁹ Em segundo lugar, deve-se enfatizar que, como já foi discutido, o livro se embebe nos escritos anteriores do próprio Câmara Cascudo, que remontam a 1924 pelo menos, retirando daí teses ou mesmo trechos inteiros *ipsis literis* (Dantas, 2003: 78-82).

Uma exegese ou “arqueologia” do texto é ainda necessária –tarefa que o grupo de pesquisa ao qual os autores pertencem tem estruturado– mas se pode perceber os vários momentos –os vários textos– em que Câmara Cascudo procura registrar a memória da cidade e construir a sua história, trabalho esparso e à primeira vista assistemático, que seria depois agrupado por ocasião do convite para escrever o livro. Trechos de livros, como “Joio” e “Histórias que o tempo leva...”, ambos de 1924, ou mesmo de artigos como “Cidade do Natal”, de 1926, são exemplos desses, pode-se chamar, textos-base. Outros pesquisadores têm apontado questões importantes sobre o tema, explorando a maturação da abordagem historiográfica de Câmara Cascudo e suas relações com os processos de mo-

9 Para entender de forma mais abrangente essa discussão, é importante ler os capítulos XV, “Cidade Alta e Ribeira”, e XXII, “Xarias e Canguleiros”; sobre o quadro de precariedade dos serviços e equipamentos urbanos por que Natal passou na virada para os anos 1920. Cf. George Dantas (2006); sobre a modernização urbana empreendida na administração de Alberto Maranhão, Cf. Angela Ferreira et al. (2008), Giovana Oliveira (1999), dentre outros.

dernização urbana –numa perspectiva que se aproxima dos objetivos da pesquisa que secunda este artigo.¹⁰

Conquanto não seja o objeto deste artigo, cabe uma última ressalva acerca de “História da Cidade do Natal”: apesar da estrutura, o livro não é uma coletânea de esparsos; há um esforço de construção de uma unidade narrativa, principalmente nos capítulos iniciais que tratam do período colonial. Por outro lado, os textos-base que se encontram dispersos e fragmentados ao longo das duas décadas anteriores em diversos tipos de publicações contêm algumas teses recorrentes e fundamentais que, de forma não linear, estruturando-se pouco a pouco, conformariam fios condutores de suas narrativas (ou pontos de partida narrativos que, inicialmente vistos como esforços de interpretação, tornaram-se fatos). A constatação ou problematização da condição de Natal como cidade desde os seus anos iniciais mas não como cidade de fato é uma dessas teses.

Cidade e literatura

A pequena crônica telegráfica, publicada no número 4 da Revista de Antropofagia, em 1928, é significativa para esta discussão. O objetivo de sua publicação não era (estritamente) historiográfico, mas o tema da história de Natal é tomado como mote para a criação literária. As frases curtas e secas dissecam a cidade, opondo elementos tradicionais e modernos, numa linguagem que tenta imprimir um ritmo vertiginoso, como uma sucessão de instantâneos fotográficos. “35000 patriotas. Fundada em 1599. Nasceu cidade como filho de Rei é príncipe. (...). Século XVIII. Tem um rio e tem o mar. Campo da Latecoere. Tennis. Cinemas. Dois jornaes diários. As mulheres votam. O presidente guia automóveis e viaja de avião” (Cascudo, 1928: 03). Dispostos simultaneamente, esses recortes

10 Cf. Raimundo Arrais (2005) e Pedro de Lima (2006); para uma leitura, ainda que incompleta e com alguns equívocos, sobre a matriz clássica da História na obra de Cascudo, cf. Tatiana Paiva (2003). Registre-se que o verbete sobre o livro em tela (cf. Maria Leda Guimarães, 2003: 105-107) não aborda essas relações e faz apenas uma rápida referência a uma possível “genealogia” da sua composição, dado fundamental para entender a história do próprio livro e o seu lugar como texto-fundador.

percorrem as atividades sociais da vida urbana “civilizada”, suas exigências e códigos, lado a lado com as festas e práticas populares. Na noite, “pesca de aratu com facho, nas praias longes de Areia Preta. Cajueiros. Coqueiros. Mongubeiras. Bailes do Natal-Club. ‘É favor entregar esta sobrecarta na entrada’. ‘Toilette preta’” (Ibidem).

A dicotomia novo-antigo, progresso-tradição, marca a experiência urbana de Câmara Cascudo em Natal e marca, conseqüentemente, seu texto. Os elementos superpostos parecem iluminar um momento chave de transformação, a priori sem assombro pitoresco ou condenação:

O pneu amassa o chão vermelho dos comboios lerdos, langues, lindos. Poetas. Poetisas. Cronistas elegantes. Avenidas abertas para todos os ventos. Sem escuros. (...). Árvores aparadinhas estilo Nuremberg. Ruas calçadas, macias no escorrego das descidas. Raros-raros “mi dê umesmola”.

[...].

Notícias de trinta horas, via asa do Laté.

[...].

Bois. Bumba-Meu-Boi pedindo cinco dedos para rascar em papel aquelas toadas maravilhosas. (...). Luar impassivelmente romântico. Serenatas. Violões gementes assanhando pruridos nostálgicos.

[...].

Bonds. Auto-Omnibus subindo. Pregões. Para oeste olhos compridos namorando possibilidades de chuveiros. Por cima das casas zunzeiam, ronronantes e zonzos, motores roncando no caminho sem rastros dos aviões (Ibidem)¹¹

Exercício de escrita de sabor modernista, a crônica para a Revista de Antropofagia, na qual Câmara Cascudo ainda publicaria uma poesia e teria livros resenhados, revela a percepção do processo de modernização por que Natal passava. Entretanto, o registro, entusiasmado, não proble-

11 A se especular se o escrito de Cascudo não estaria dialogando com as poesias modernistas de Jorge Fernandes, cujo livro, de 1927, ajudara a divulgar e para o qual escrevera um depoimento (cf. Jorge Fernandes, 1927) para uma discussão pormenorizada sobre o lugar de Jorge Fernandes na vida boêmia e intelectual de Natal dos anos 1920 e sobre a sua relação com os modernistas, cf. Humberto Araújo, 1997.

matizava os choques entre os elementos do progresso urbano e as práticas sociais do espaço tradicional da cidade –que vinha sendo enquadrado, normatizado e até mesmo reprimido desde o final do século XIX.¹² Os raros-raros “mi dê umesmola” –a (quase) inexistência da pobreza à vista dos passantes “civilizados”– eram resultado das políticas municipais de repressão à mendicância, por exemplo. Ou mesmo a manifestação das tradições e festas populares, valorizadas por Câmara Cascudo desde cedo como elemento de uma possível identidade nacional –segundo a elaboração modernista da vertente mais próxima a Mário de Andrade, que preconizava a aproximação entre a vanguarda crítica e o processo criativo popular–, que cada vez mais encontrava obstáculos para sua realização. A esse respeito, vale lembrar o registro do “turista aprendiz” Mário de Andrade quando, ciceroneado por Câmara Cascudo, deambulou por Natal entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929:¹³

Hoje o Boi do Alecrim, saiu pra rua e está dançando pros natalenses. Os coitados estão inteiramente às nossas ordens só porque Luis da Câmara Cascudo, e eu de embrulho, conseguimos que pudessem dançar na rua sem pagar a licença da Polícia. Infelizmente é assim, sim. Civilização brasileira consiste em impecilhar as tradições vivas que possuímos de mais nossas (Andrade, 1976: 267).

Há então um descompasso entre certo entusiasmo do registro poético de Câmara Cascudo, que põe par a par esses dois movimentos da cidade – o progressista e o tradicional–, e o distanciamento aprofundado pelo processo de modernização urbana. Afinal, as reformas urbanas não transformam ou destroem a dimensão física da cidade apenas; ao fazê-lo, alteram, muitas vezes radicalmente, os espaços de sociabilidade tradicional, rompem os tecidos históricos e sociais das atividades populares. Cada vez mais circunscrita e alijada dos espaços centrais, a cidade dos folgedos

12 Sobre a modernização urbana de Natal entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, cf. os artigos que compõem a coletânea organizada por Angela Ferreira e George Dantas, 2006.

13 Sobre as viagens de Mário de Andrade como turista aprendiz e suas interlocuções no Nordeste, com Gilberto Freyre, Ademar Vidal, Câmara Cascudo, Ascenso Ferreira, dentre outros, cf. George Dantas e José Lira, 2001, e José Lira, 2005.

populares, das cheganças, dos reisados, dos emboladores, os espaços da manifestação popular seriam assim apartados, como lembraria o próprio Mário, aos fundos “dum bairro pobre, sem iluminação, sem bonde, branquejado pelo areão das dunas” (Andrade, 1976: 267).

Contudo, esse descompasso não nasce, pode-se afirmar, do desconhecimento ou alheamento em relação às condições de vida das classes populares ou da imaturidade ou mesmo despreparo intelectual de Câmara Cascudo. Ele não só está a par, mas é partícipe das discussões intelectuais mais atualizadas nos anos 1920; ademais, os seus vários textos jornalísticos, publicados desde 1918, revelam um observador atento e lúcido das várias facetas da vida urbana de Natal.¹⁴ Não à toa, Cascudo atua como uma espécie de cicerone na viagem de Mário de Andrade, permitindo a esse adentrar uma cidade que normalmente não aparecia nos relatos e documentos oficiais e oficiosos, uma cidade onde as tradições ainda se faziam presentes com vitalidade, apesar dos anos, ou mesmo décadas, de restrições e repressões; era a cidade do embolador de coco, das melodias e do cancionero popular, das sessões de feitiçaria, das procissões fluviais, dos Pastoris e Cheganças e Congos, do Boi de Reis, matérias que interessavam ao registro etnográfico de ambos –mais a Mário do que a Cascudo nesse momento, deve-se reconhecer–, ao projeto nacionalista dos modernistas, trabalhando a aproximação entre a vanguarda crítica e o processo criativo popular (Andrade, 1976; Lopez, 1976: 16).

Por isso, causa ainda mais estranheza que a defesa e valorização das práticas populares não pressupusesse, em Câmara Cascudo, a defesa do espaço urbano tradicional. Principalmente quando lembramos que Cascudo com certeza acompanhou, no Recife e à distância, as querelas de intelectuais, Gilberto Freyre em especial, contra as reformas urbanas preconizadas pelos engenheiros que destruíam a paisagem e o espaço urbanos tradicionais da capital pernambucana.

Mas, afinal, como surge essa formulação? Propõe-se aqui uma hipótese: a leitura de que Natal não era cidade, apesar da condição outorgada desde o início do século XVII pelo menos, levaria, em conseqüência, à

14 Cf. a bibliografia comentada por Zila Mamede, no item sobre os periódicos (Mamede, 1970, vol. I, parte I, p.163)

leitura de que Natal não tinha um passado a conservar. A esse respeito, é muito ilustrativa uma das afirmações registradas no diário de Mário de Andrade, com quem Cascudo manteve profícua interlocução: “Natal é feito S. Paulo: cidade mocinha, podendo progredir à vontade, sem ter coisas que dói destruir” (Andrade, 1976: 254), ao contrário de cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

A leitura e a problematização dessa condição de cidade-não-cidade de Natal até o início do século XX incomodaram a intelectualidade local e foram centrais na conformação de uma historiografia sobre a cidade (G. Dantas, 2003: 61-82) –que, repita-se, tornar-se-ia hegemônica com Câmara Cascudo. Aqui, nos anos 1920, não mais como leitura em aberto, sujeita a interpretações, mas, sim, como tese, como ponto de partida narrativo, i.e., como leitura que já havia sido naturalizada e que não necessitaria de debate doravante. Esse passo historiográfico pode ser percebido tanto num texto de caráter mais literário, como aquele escrito para a Revista de Antropofagia, quanto na abertura dos dois artigos que escreveu por ocasião da exposição pública, no prédio da Intendência Municipal, em outubro de 1929, do Plano Geral de Sistematização de Natal (elaborado pelo arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo entre 1929 e 1930): “Oficialmente existe a Cidade do Natal há trezentos e trinta anos. Relativamente parece com este título há oito ou nove anos. Ou melhor, imita cidade recém fundada, se o enviesamento das artérias não denunciasses a velhice” (Cascudo, 1929b: 01).

História e plano da cidade

A discussão do plano –que significou a consubstanciação dos esforços de modernização urbana empreendidos na administração O’Grady– implicava compreendê-lo, e/ou inseri-lo, dentro da dinâmica de evolução urbana da cidade. A análise desse processo levaria à conclusão de que “tivemos dessa forma três direções para uma cidade pequena. Em 1873 inda se dizia –Cidade do Natal? Não ha-tal! O amontoado de casario plantado à vontade dentro de alinhamentos invisíveis deu bem cedo o plano disparatado d’uma cidade em curvas, oblíquas e ângulos agudos” (Cascudo: 1929)).

A leitura do espaço urbano tradicional desqualificaria o resultado do que “naturalmente estava feito” ante os imperativos da racionalidade moderna do traçar as cidades. É muito expressiva a descrição que faz desse espaço:

O que Natal apresenta atualmente é a ligação dos três “blocos” iniciais com a teia de aranha das ruas irracionais. Depois da [praça] André de Albuquerque, descendo para o rio, a tortuosidade das ruas lembra um delírio de linhas convulsas. São as paralelas Paula Barros e Presidente Ramos e a da Misericórdia, riscos à doida, quebrados, tortos, alinhando filas de casas que parecem ter sido fixadas a murro. É a obliquidade da rua Ferreira Chaves. A incrível sinuosidade da Felipe Camarão, o desmantelo da do Comércio (que Sampaio Correia pediu como remediou um fósforo e duas latas de querosene), o ângulo agudo formado pela Felipe Camarão com a da Boa Vista findando na montanha russa da Bico-da-Telha, são os exemplos dos caminhos trêmulos e indecisos das cidades doentes de coloração estética (Cascudo: 1929).

Por fim, concluiria, repetindo o mote: “A cidade do Natal, entre rio e morro, ficou como uma massa esperando o aspecto. O título já possuía desde 1599” (Cascudo: 1929).

Poucos dias depois, voltaria a carga no artigo em que discutia o plano mais especificamente:

O “Master Plan” que o Sr. Omar O’Grady entregou ao técnico Palumbo é a utilização da massa citadina num plano racional de correção. Correção na parte existente. Os elementos constitutivos num trabalho de urbanismo serão forçosamente aqueles que se relacionem e aperfeiçoem o aspecto estético da cidade aproveitando seus recursos em paisagem e conjunto, a facilidade de circulação e viação urbanas, os transportes e os recreios. A existência do “zoning” e a inevitável arte cívica, dão a demão derradeira. O “master plan” em sua primeira prancha dá a impressão de inteligente resultado destes elementos. Os acessos à Cidade Alta passarão a quatro. A circulação será garantida pela amplidão das ruas e avenidas. O

aspecto total apresentará uma harmonia da nossa Cidade tradicional com sua paisagem corrigida pela inteligência (Casculo, 1929c: 01).

Embasado nas discussões culturais sobre o urbanismo que se desenrolavam nas páginas de *A República* e citando autores como R. Unwin e E. Steinhof, Câmara Casculo analisaria os pormenores do plano, em especial as reformas propostas para o então bairro comercial da Ribeira. O viés da análise é o da técnica e o da racionalidade para o correto funcionamento da cidade frente aos novos tempos.

E as ruas perpendiculares ao rio? A rua Sul irá ligar-se na rua da Felipe Camarão. Ela atualmente existe até a cota 5 mas é impraticável. Tem 16 metros. O prolongamento da praça Augusto Severo chamado Travessa Aureliano terá 16 metros. Estender-se-á até a avenida Deodoro passando a rua Norte. Agora ela possui este mesmo traçado, é de quase impossível subida. Este prolongamento será uma via de ligação desde a Deodoro até o [rio] Potengi. Justamente neste local estará o cais que substituirá o da Praticagem. De mim mesmo encontro nestes 16 metros uma largura que não satisfará futuramente a necessidade do tráfego cada vez maior. Dentro de dez anos a Prefeitura terá que ampliar este algarismo. Mesmo agora a travessa já é de circulação intensa e nos dias de trem coincidindo com as vindas de algodão e embarque para a Great Western sua estreiteza é asfixiante. Os 16 metros serão paliativos. Melhor seria remediar de vez. (Casculo: 1929).

A conclusão de Câmara Casculo insere-se no debate de então e ajuda, ainda que não diretamente, a legitimar o plano e as reformas que viriam em decorrência. Diria: “Apenas o braço do homem alinhou raciocinadamente os valores confusos que herdamos em nome da cidade” (Casculo: 1929). Raciocínio semelhante que seria retomado por O’Grady para justificar as suas propostas, em especial aquelas destinadas à malha urbana, para os “problemas da cidade” (O’Grady, 1929: 01). Não há, para Casculo, dicotomia. Preservar e valorizar os costumes e as práticas populares não significava preservar o espaço da cidade tradicional. Essa sobreviveria no registro da memória e da história que o próprio Casculo ajudaria a construir e a sedimentar.

Inserido assim no debate cultural da época, Casculo foi principalmente partícipe do processo de modernização. Processo esse que seria visto e afirmado cada vez mais como crucial para a construção de Natal como cidade moderna.

Para concluir, é importante afirmar que este texto é uma primeira aproximação no intuito de problematizar a produção historiográfica de Câmara Casculo. Porta de entrada para a história de Natal, interessa agora principalmente entendê-lo como agente ativo na produção dessa história, na construção dos seus significados.

Agradecimentos

Ao grupo de estudos História da Cidade e do Urbanismo (HCURB, Depto. de Arquitetura, UFRN), na figura do historiador Yuri Simonini, e, em especial, às pesquisadoras Anna Rachel Baracho Eduardo e Alenuska Kelly Guimarães de Andrade, que participaram da discussão anterior que primeiro estruturou reflexões aqui presentes, cujos resultados foram apresentados no IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (Niterói-RJ, Brasil, 2004). G. A. F. Dantas agradece à Fapesp o apoio concedido (processo 05/51462-8).

Bibliografia

- Andrade, Carlos R. M. de (1996). “Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas”. In Luis César Ribeiro e Robert Pechman, orgs. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Andrade, Mário de (2000). *Cartas de Mário de Andrade a Luis da Câmara Casculo*. Belo Horizonte: Itatiaia. (Obras de Mário de Andrade – vol. 24)
- (1976). *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- Andrade, Maristela O. (1999). *Anotações sobre a obra etnográfica de Câmara Casculo*. Natal: IHGRN; Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha.

- Araújo, Humberto H. de (1998). *Asas de Sófia*: ensaios cascudianos. Natal: FIERN, SESI.
- _____ (1997). O lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes. Natal: Fundação José Augusto.
- _____ (1995). Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte. Natal: Universitária.
- Arrais, Raimundo (2005). “O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal”. In: Luis da Câmara Cascudo. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. (Raimundo Arrais, organização e estudo introdutório). Natal: EDFURN.
- Cascudo, Luis da C. [1947] (1999). *História da Cidade do Natal*. Natal: IHGRN.
- _____ (1929a). “Musicalerias”. *A República*, Natal, 14 de junho, n. 132.
- _____ (1929b). “O novo plano da cidade I – a cidade”. *A República*, Natal, 30 de outubro, n. 247.
- _____ (1929c). “O novo plano da cidade II – a Ribeira no ‘Master Plan’”. *A República*, Natal, 3 de novembro, n. 252.
- _____ (1928). “Cidade do Natal do Rio Grande”. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n.4, p.03, ago. 1928.
- _____ [1927] (1997). “Depoimento sobre o ‘Livro de Poemas’ de Jorge Fernandes”. In: Jorge Fernandes. *Livro de Poemas*. 2. ed. fac-similar. Natal: Fundação José Augusto.
- _____ [1926] (1999). *Cidade do Natal*. Natal: Sebo Vermelho.
- _____ (1924). *Histórias que o tempo leva...* (da história do Rio Grande do Norte). São Paulo: Monteiro Lobato & Co. (re-edição fac-similar da coleção Mossoroense, série C, vol. 757, 1991)
- _____ [1921] (1998) *Alma Patrícia*: crítica literária. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto.
- Campos, Candido M. (2000). “Urbanismo e anti-urbanismo no debate nacional brasileiro, 1900-1945”. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 6, Natal, Anais eletrônicos..., Natal: PPGAU, UFRN.
- Dantas, George A. F. (2006). “Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920: impasses da modernização e saberes técnicos”. *Risco*,

- Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, n.03, p.66-85. [disponível em: http://www.eesc.usp.br/sap/revista_risco/Risco3-pdf/art5_risco3.pdf]
- _____ (2003). *Linhas convulsas e tortuosas retificações*: transformações urbanas em Natal nos anos 1920. Dissertação de mestrado. EESC-USP, São Carlos.
- Dantas, George A. F; Lira, José T. C. de (2001). “Contrastes e encontros: história, cultura e cidade no Nordeste (Natal e Recife, 1928-1929)”. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9, Rio de Janeiro, Anais..., v. 2: 636-650.
- Fernandes, Jorge [1927] (1997). *Livro de Poemas*. 2 ed. fac-similar. Natal: Fundação José Augusto.
- Ferreira, Angela L. A (1996). *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad*: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil. Tese de doutorado. Universitat de Barcelona, Barcelona.
- Ferreira, Angela L. A. e Dantas, George A. F., orgs. (2006). *Surge et Ambula*: a construção da cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN.
- Ferreira, Angela L. A., Eduardo, Anna R. B., Dantas, Ana C. C. L., Dantas, George A. F (2008). *Uma cidade sã e bela*: a trajetória do saneamento em Natal. 1850-1969. Natal: IAB-RN, CREA-RN.
- Guimarães, João A [1952]. (1999). *Natal do meu tempo*: crônica da cidade do Natal. 2 ed. Natal: Scriptorium Candinha Bezerra, Fundação Hélio Galvão, 1999.
- Guimarães, Maria L. (2003). “História da cidade do Natal” [verbete]. In: Marcos Silva, org. *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, FFLCH-USP, FAPESP.
- Lima, Pedro de (2006). *Luis da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal*. Natal: EDUFRN.
- Lira, José T. C. de (2005). “Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n.57, (fevereiro):143-176.
- _____ (1999). “O Urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, n.01, (maio): 47-78.

- (1996). *Mocambo e Cidade*: Regionalismo na Arquitetura e Ordenação do Espaço Habitado. Tese de doutorado. FAUUSP, São Paulo.
- Lopez, Telê A (1976). “‘Viagens etnográficas’ de Mário de Andrade, Um projeto de livro, A edição de ‘O Turista Aprendiz’ e A bordo do Diário”. In: Mário de Andrade. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades.
- Mamede, Zila (1970). *Luís da Câmara Cascudo*: 50 anos de vida intelectual. 1918-1968. Bibliografia anotada. 3 vols. Natal: Fundação José Augusto.
- O’Grady, Omar (1929). “Os problemas da cidade”. *A República*, Natal, suplemento especial, 01 de julho, n. 121.
- Oliveira, Giovana P. de (1999). *De cidade a Cidade*: o processo de modernização de Natal 1889/1913. Natal: EDUFRN.
- Paiva, Tatiana M. C. (2003). *Luís da Câmara Cascudo*: um historiador clássico? Monografia de graduação. PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- Pinto, Lenine [1976] (2000). *Os americanos em Natal*. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho.
- Ribeiro, Luiz C. de Q. e Cardoso, Adauto L (1996). “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In: Luis César Ribeiro e Robert Pechman, orgs. *Cidade, Povo e Nação*: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Silva, Marcos (org.) (2003). *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, FFLCH-USP, FAPESP.
- Soares, Jamilson A. (1999). *Fragments do Passado*: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20. Dissertação de mestrado. CCHLA-UFRN, Natal.

Los Bandos de Buen Gobierno y el ordenamiento de la vida urbana en Mérida, Venezuela: 1770-1810

Edda O. Samudio A*

Los Bandos de Buen Gobierno: características esenciales

El presente estudio sobre los Bandos de Buen Gobierno en la Mérida venezolana de 1778 a 1810, es un primer acercamiento a un tema que forma parte de un proyecto de investigación en desarrollo más amplio.

El vocablo bando procede del alemán antiguo *bannan* o *bann* que aludía a documentos destinados a la acción de anunciar, pregonar, difundir o publicar una noticia. No obstante, de acuerdo al Diccionario de Autoridades, la palabra Bandos se precisa como “Edicto, ley o mandato solemnemente publicado de orden superior: y la solemnidad y acto de publicarse se llama también así” (1976, Tomo 2: 545), definición en la que se conjugan dos acciones, la de normar y la de informar o sea que enlazan el edicto y el bando, tal como esta normativa legal de carácter local se comportó en los tiempos de dominio hispánico. Por su parte, la Enciclopedia Jurídica Española, diferencia ambos términos, al atribuir al edicto el significado de orden o mandato y al bando, la función de anuncio o aviso (Enciclopedia Jurídica Española, 1910: 197).

Los antiguos edictos de los municipios romanos pasaron a ser los bandos del municipio medieval, acción llevada a cabo por los cabildos, con el designio de hacer conocer públicamente las normas de gobierno municipal. A partir de entonces, los concejos municipales desempeñaron un rol

* Universidad de Los Andes Mérida (Venezuela).